



ATA DA 322ª REUNIÃO ORDINÁRIA

No dia vinte e seis de setembro de dois mil e oito, às nove horas e trinta minutos, no auditório da União dos Municípios da Bahia - UPB, teve início à 322ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente - CEPRAM, conduzida pelo conselheiro Eduardo Mattedi Furquim Werneck, Secretário Executivo e presidente em exercício, representante da Secretaria do Meio Ambiente - SEMA. Estiveram presentes os conselheiros: César R. G. Carqueija representante do Conselho Regional de Biologia 5ª Região - CRBio5; Elbamair Conceição Matos representante da Associação Amigos do Engenho - AAMEN; Irundi Edelweiss representante da Federação dos Trabalhadores das Indústrias do Estado da Bahia - FIEB; Isabel Ligeiro representante do Instituto de Defesa, Estudos e Integração Ambiental - IDEIA; João Lopes de Araújo representante da AIBA; José Roberto Caldas Pinto representante do PRO MAR; José Cisino Menezes Lopes representante da Cooperativa de Desenvolvimento do Agronegócio do Oeste da Bahia - CODEAGRO; Josemário Martins da Silva representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itacaré; Kennedy Tavares representante da Fundação Terra Mirim; José Roberto Celestino representante do Sindicato de Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva - SINAENCO; Laelson Dourado representante da Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração - SICM; Letícia Nobre representante da Secretaria da Saúde; Luis Ricardo Montagna representante da Associação Cultura Arte e Ecologia - ASCAE; Lucedalva Barbosa representante da Associação dos Engenheiros Agrônomos da Bahia - AEABA; Luiz Fernando Galvão representante da SINDIBRITA; Marcelo Miranda representante da Associação Profissional de Engenheiros Florestais do Estado da Bahia - APEFEBA; Pablo Villanueva representante da Associação Rosa dos Ventos; Paulo Sergio Vila Nova representante da entidade ambientalista IESB; Roseane Palavizini, Instituto Autopoiesis Brasilis; Juliana Freitas, Eliuda Soares, Jader da Silva e Kitty Tavares representantes da Secretaria Executiva do CEPRAM; Ana Cordeiro representante do Instituto do Meio Ambiente - IMA, além de convidados. Constaram em pauta: abertura da sessão; informes; apresentação sobre perspectivas para implantação e geração de energia eólica no Estado da Bahia, Emerson Parecy, representante da Camargo Shubert e Genoveva Maurique, consultora ambiental em energia eólica; Câmara de Compensação, Plínio Neto, Diretor de Unidade e Conservação - DUC/SFC/SEMA; reestruturação interna do Cepram: câmaras técnicas, grupos de trabalho, etc. Relato de Processos: com pedido de vistas, diligência e novos; O que ocorrer. O conselheiro Eduardo Mattedi cumprimentou a todos e como havia *quorum* regimental, a sessão foi aberta. Passou para os informes: sobre o acompanhamento do processo de Zoneamento Ecológico Econômico ressaltando o destaque da participação do CEPRAM; a programação dos 35 anos do CEPRAM e a realização dos eventos que prevê discussão sistêmica e articulação com os instrumentos; falou da necessidade de estimular a participação das Secretarias para oportunizar a reflexão dos pleitos políticos; realização de reunião conjuntas com o CONERH, CIEA, Fórum de Mudanças Climáticas e outros segmentos; destacou que na programação será discutido as questões sobre matriz energética juntamente com o Fórum de Mudanças Climáticas; registrou que os representantes da sociedade civil e setor produtivo deverá indicar um representante para compor a mesa de abertura. O conselheiro Irundi Edelweiss sugeriu que fosse cedido um espaço, para que os membros fizessem colocações gerais sobre assuntos necessários a ser demandado pelo Conselho. Em seguida passou para o Sr. Emerson Parecy que falou sobre a instalação de Usinas Eólicas, empreendimento, justificativa, relatórios e definição das áreas de estudos: etapas, estudos e licenciamento, diagnóstico ambiental, avaliação e atributos de impacto ambiental, planos e programas ambientais propostos; por fim, mostrou fotografias de Parques Eólicos em Santa Catarina. Passou para a apresentação sobre Câmara de Compensação Ambiental - CCA pelo Plínio Neto, diretor de Unidade de Conservação - DUC que falou sobre os objetivos, histórico e funcionamento da CCA e por fim registrou que a nova portaria da SEMA, através do Decreto regulamentador da Lei nº 10.431/06, o CEPRAM fará parte da composição dessa Câmara no intuito de participar das deliberações e monitorar o andamento da compensação e aplicação dos recursos, para tanto esse Conselho deve indicar um membro escolhido entre os seus pares sem representante do setor governamental por considerar representado pelos órgãos

do sistema SEMA; ressaltou que o empreendedor sujeito a compensação pode participar como convidado das reuniões da CCA para acompanhar o processo de aplicação e destinação dos recursos. No turno vespertino o conselheiro Mattedi reiniciou a sessão com a votação dos conselheiros indicados para integrar a Câmara de Compensação Ambiental e em consonância com o plenário os conselheiros Pablo Villanueva e Marcelo Miranda foram indicados na condição de titular e suplente respectivamente. Passou para a apresentação da proposta de reestruturação das Câmaras Técnicas do CEPRAM: Kitty Tavares falou dos principais marcos normativos; processo de reestruturação; diretrizes propostas para as câmaras técnicas e setoriais, e seu diagnóstico; falou das Câmaras existentes e as propostas a saber: Câmara Técnica de Infra-estrutura e Saneamento, Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, Câmara Técnica de Planos, Programas e Projetos e Câmara Técnica sobre Gestão Ambiental Compartilhada. Em seguida passou para o espaço denominado "Tribuna Livre": o conselheiro Irundi Edelweiss chamou a atenção para reportagens sobre uma colossal ilha de lixo plástico que flutua visivelmente no Oceano Pacífico, constatando que na Baía de Todos os Santos já se verifica intensa poluição com materiais flutuantes em consequência do comportamento das pessoas e do arraste de materiais, durante aguaceiros, dos lixões a céu aberto; disse que na sua opinião deve ser feita uma atuação educacional além de obrigar as Prefeituras a cuidar adequadamente dos resíduos urbanos; O conselheiro Pablo Villanueva reiterou os problemas da Estação Elevatória em Ilhéus. A conselheira Roseane Palavizini falou sobre a importância de se elaborar os planos municipais de saneamento e o plano estadual. O Conselheiro Josemário Martins da Silva relatou sobre o bom acompanhamento como conselheiro do CEPRAM do Projeto Santa Rita e fez a proposição que a Comissão de Acompanhamento do Projeto Santa Rita/Minério de Níquel em Ipiaú-Itagibá seja agendada para a pauta da reunião ordinária do mês de novembro do CEPRAM e que o Projeto Mata Branca para o Bioma Caatinga fosse agendado para o mês de Dezembro. A conselheira Letícia Nobre informou que existia um Projeto do Ministério Público Estadual para trabalhar com diversas Prefeituras do Estado para construção de aterros sanitários para destino adequado do lixo; sugeriu que fizesse contato com o Ministério Público e a Secretaria da Saúde para saber o diagnóstico dessa situação e informar ao Conselho para que possa deliberar. O conselheiro Marcelo Miranda solicitou esclarecimentos da SEMA/IMA sobre a Instrução Normativa nº 003 que estabelece diretrizes para aproveitamento de material lenhoso. A conselheira Isabel Ligeiro informou que a comunidade do Semi-Árido Baiano não aceita o minério-duto em suas propriedades. O conselheiro Mattedi registrou que o Instituto do Meio Ambiente – IMA estava preparando os municípios do Semi-Árido para qualificar as audiências públicas. O conselheiro Mattedi informou que o Governo do Estado estava fazendo um esforço para viabilizar a construção da Ferrovia Bahia Oeste com a qual dispensaria a construção do minério-duto o que não impediria o encaminhamento de solicitação de licença. O conselheiro Ricardo Montagna solicitou uma Moção de aplauso pelos 21 anos da entidade ambientalista GRAMA. A conselheira Lucedalva Barbosa ressaltou a importância de se discutir no Conselho as questões das Bacias Hidrográficas. O conselheiro João Lopes fez um apelo com relação aos processos referentes aos assuntos florestais parados no IMA, por falta de técnicos, para agilizar esses processos. O conselheiro Paulo Sergio propôs que fosse criado produto que possa facilitar respostas a essas colocações; sugeriu discutir o ICMS Ecológico, bem como o Conselho apresentar uma proposta de desenvolvimento ideal para o Estado, objetivando ter no final dessa gestão um produto elaborado pelo CEPRAM. O conselheiro Celestino registrou que a SEDUR estaria desenvolvendo uma série de programas para destino de resíduos sólidos; ressaltou a necessidade de fomentar os planos de saneamento. Passou para apreciação e votação da 321ª Reunião Ordinária aprovada por unanimidade. Em seguida passou para apreciação do relato de Processos com pedido de vistas: Processo nº **930002976/8 – Nitroclor Produtos Químicos S/A**, conselheiro revisor Luiz Galvão, referente ao recurso de Auto de Infração de Multa. O conselheiro Mattedi comunicou que a empresa registrou na SEMA a quitação da multa, assim sendo o recurso foi retirado de pauta. **Processo nº 1420080017653 – SEMARH/SFC/DUC**, conselheiro relator Fernando Oliveira. O conselheiro Mattedi registrou conforme estabelece o artigo 8º, inciso IX do regimento, que a matéria será retirada de pauta a ser convertida em diligência, e deverá retornar a Câmara Técnica de Biodiversidade – CTBIO para colher todas as contribuições

encaminhadas com a participação de um representante do IMA. Passou para o **Processo Diligenciado nº 2007-001130/TEC/LL-0015**, Luso Brasil Empreendimentos Ltda, conselheiro Pablo Villanueva que analisou a matéria constatando a alteração do projeto original, bem como identificou que não foi dado conhecimento a Diretoria de Unidade e Conservação - DUC, da Superintendência de Biodiversidade e votou pela manutenção da diligência para que a matéria seja remetida a DUC; foi sugerido que a DUC promova uma reunião do Conselho Gestor da APA para manifestação. O conselheiro Mattedi colocou em discussão. O conselheiro Ricardo Montagna registrou ter visitado o município de Belmonte e constatou a invasão do mar na área urbana. O conselheiro Mattedi passou a palavra a técnica Ana Cordeiro do IMA que esclareceu que o Termo de Referência vai nortear o estudo de impacto ambiental sem prejuízo de eventuais alterações do projeto. O conselheiro Pablo Villanueva perguntou se o empreendedor precisava comprovar o domínio da área para dar entrada ao processo de licenciamento. Ana Cordeiro disse que no caso de estudos ambientais previstos para alternativa locacional a titularidade não era obrigatória e dever-se-ia estudar mais de uma área; disse que a licença de localização garante a viabilidade ambiental não havendo autorização para nenhuma intervenção na área. O conselheiro Pablo Villanueva afirmou que a prudência do IMA em remeter o processo a DUC aflorou uma total incompatibilidade de grande parte do empreendimento perante o zoneamento da APA; solicitou que essa prudência fosse mantida para verificar se a reforma do projeto realmente atenderia ao zoneamento da APA. A conselheira Isabel Ligeiro disse que o gestor poderá se manifestar previamente com recomendações e sugestões de condicionantes. A conselheira Roseane Palavavizini solicitou que o IMA apresentasse a metodologia que estava sendo utilizada para preparação da sociedade para as audiências públicas. Passou para o **Processo 2007-008597/TEC/LL-0089**, Amagerone Capital Holdin do Brasil Ltda., Termo de Referência - TR para EIA/RIMA - complexo hoteleiro e residencial, conselheiro relator Laelson Dourado que apresentou voto favorável. O conselheiro Mattedi colocou em discussão. A conselheira Letícia Nobre fez observações quanto a não identificação do tipo de área de influência; disse que não ficou muito claro como respeitar os limites, bem como constou no processo um parecer da EMBASA que registrou que não havia condição para fornecimento de água e execução de todo saneamento básico; ressaltou que considerando a aprovação do TR sugeria alguns acréscimos no item referente aos impactos ambientais, principalmente nas questões sócio-econômico e saúde; disse que deveria ser considerada a sugestão apresentada pela comunidade durante a audiência pública; ressaltou a sugestão de criação da Comissão de Acompanhamento de todas as etapas do projeto, bem como realização de um programa de comunicação social; enfatizou que, no que diz respeito à saúde sugeriu acrescentar programas para todos os grupos de doenças, principalmente com relação ao aumento de violência em todos os aspectos, ou seja, ampliar o escopo de impacto do comportamento de doenças antes e depois do Empreendimento, bem como adotar medidas mitigadoras relacionadas a essas questões. A conselheira Isabel Ligeiro sugeriu que a Diretoria de Unidade e Conservação - DUC participasse da elaboração desse Termo de Referência. O conselheiro Celestino informou que o Estado estava elaborando um Termo de Referência para efetivar um processo de estudos de um plano diretor para abastecimento de água e sistema de esgoto que atenderá parte da APA Litoral Norte, bem como o rio Joanes, abrangendo os municípios de Pojuca a Jandaíra. O conselheiro Pablo registrou que não teve acesso ao CD dos arquivos constantes da pauta dessa reunião. A conselheira Roseane Palavavizini informou ter conhecimento de grandes empreendimentos com projetos para implantação de campos de Golf em área de restinga próximo das lagoas, na APA Litoral Norte, sendo apresentado a comunidade antes mesmo do processo ser formado para o pedido de concessão de licença e reforçou que esse tipo de procedimento deveria ser verificado, considerando a incompatibilidade do ponto de vista da legislação. O conselheiro Mattedi colocou em votação. O Termo de Referência foi aprovado com as alterações sugeridas e registradas nesta ata. Os Processos nºs **2008-003478/TEC/LL-0050**, Invisa Internacional Hotéis Ltda., **2007-006655/TEC/AIIN-0062**, Antonio Almeida Gonçalves e **2007-007053/TEC/AIIN-0080**, Takako Amano, foram adiados. O presidente em exercício, Eduardo Mattedi Furquim Werneck agradeceu a todos e como não havia mais nada a ser discutido, a sessão foi encerrada às 17h30. Eu, Eliuda Soares Costa dos Santos,

169 lavro e assino esta ata com os demais membros representantes. Salvador, 26 de setembro
170 de 2008.

171 **Presentes:**

172 Eduardo Mattedi – Secretário Executivo e Presidente em exercício

173 **Membros:**

174 César Carqueija – CRBIO5

175 Elbamair Conceição Matos - AAMEN

176 Irundi Edelweiss - FIEB

177 Isabel Ligeiro – IDEIA

178 João Lopes – AIBA

179 Jose Roberto Caldas – PRO MAR

180 José Roberto Celestino - SINAENCO

181 Josemário Martins – S.T.Itacaré

182 Kennedy Tavares – Fundação Terra Mirim

183 Laelson Dourado – SICM

184 Letícia Nobre – SESAB

185 Lucedalva Barbosa - AEABA

186 Luiz Galvão - FIEB

187 Luiz Ricardo Montagna – ASCAE

188 Marcelo Miranda - APEFEBA

189 Pablo Vilanueva - Rosa dos Ventos

190 Paulo Sergio Vila Nova - IESB

191 Roseane Palavizini - AUTOPOIÉISIS

192 **Secretaria Executiva/SEMARH/SPS**

193 Kitty Tavares, Eliuda Soares, Jader Silva, Juliana Freitas

194 **IMA:** Ana Cordeiro